

Termo de Referência 20/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2024	682010-AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	ANA PAULA HARUMI HIGA	28/02/2024 12:25 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
Não se aplica/Não se aplica		50300.012506/2023-50

1. 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços para levantamento de informações e análise de experiências de portos e terminais portuários selecionados quanto a medidas e iniciativas que contribuam para redução das emissões de gases de efeito estufa; guia de boas práticas e recomendações para auxiliar o setor portuário na tarefa de contribuir para a transição energética, através da descarbonização do transporte marítimo, infraestrutura e aplicações do hidrogênio e derivados (PtX); e workshop para apresentação e disseminação dos resultados obtidos e sumário executivo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

(PREENCHIMENTO DE LACUNA)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Levantamento de informações e análise de experiências de portos e terminais portuários selecionados quanto a medidas que contribuam para redução das emissões de gases de efeito estufa; elaboração de guia de boas práticas e recomendações; execução de workshop e elaboração de sumário executivo	16888	Unidade	1	R\$ 560.000,00

(PREENCHIMENTO DE LACUNA)

1.2 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 360 dias contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

(PREENCHIMENTO DE LACUNA)

ou

~~1.4 O prazo de vigência da contratação é de ..... (máximo de 5 anos) contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~1.4.1 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] OU o Estudo Técnico Preliminar OU os termos da Nota Técnica .../...;~~

(OPTOU-SE POR OUTRA REDAÇÃO)

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

~~2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:~~

~~I) ID PCA no PNCP: [...];~~

~~II) Data de publicação no PNCP: [...];~~

~~III) Id do item no PCA: [...];~~

~~IV) Classe/Grupo: [...];~~

~~V) Identificador da Futura Contratação: [...];~~

(OPTOU-SE POR OUTRA REDAÇÃO)

OU

2.3 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2024 (SEI nº 2118904)**, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

(PREENCHIMENTO DE LACUNA)

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**4.1.1 Segundo o Art. 144 da Lei nº 14.133, de 2021, as contratações devem obedecer a requisitos de sustentabilidade, na presente contratação não se vislumbra riscos ambientais iminentes a serem considerados, tendo em conta que os critérios de sustentabilidade devem ser objetivamente exigidos, para que possam ser objetivamente comprovados, a única medida a ser solicitada aos licitantes é que as faturas e quaisquer tipos de comunicação formal sejam em meio eletrônico/digital, evitando o consumo de papel, a fim de atender critérios de sustentabilidade.**

(DESCRIÇÃO DO REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE)

**~~Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)~~**

~~4.2 Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...)~~

~~(NÃO É PERTINENTE AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO)~~

**~~Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço~~**

~~4.3 Diante das conclusões extraídas do processo n. \_\_\_\_\_, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos /marcas:~~

~~4.3.1...~~

~~4.3.2...~~

~~4.3.3...~~

~~(NÃO É PERTINENTE AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO)~~

**~~Da exigência de carta de solidariedade~~**

~~4.4 Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

~~(NÃO É PERTINENTE AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO)~~

**Subcontratação**

4.5 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

~~OU~~

~~4.6 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:~~

~~4.6.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: (...):~~

~~4.6.2 A subcontratação fica limitada a ..... [parcela permitida/percentual]~~

~~(OPTOU-SE POR OUTRA REDAÇÃO)~~

~~4.7 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.~~

~~(OPTOU-SE POR OUTRA REDAÇÃO)~~

**Garantia da contratação**

~~4.8 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.~~

~~(OPTOU-SE POR OUTRA REDAÇÃO)~~

~~OU~~

4.9 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.10 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.11 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.12 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

**Vistoria**

4.13 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

OU

~~4.14 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das ..... horas às ..... horas.~~

~~4.15 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.~~

~~4.16 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.~~

~~4.16.1 ... [incluir outras instruções sobre vistoria]~~

~~4.16.2 ... [incluir outras instruções sobre vistoria]~~

~~4.17 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.~~

~~4.18 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.~~

(OPTOU-SE POR OUTRA REDAÇÃO)

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica: deverá ser realizada conforme as atividades e os produtos a seguir listados e descritos:

PRODUTOS	BREVE DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU ATIVIDADE	PRAZO DE ENTREGA	Desembolso (% valor do contrato)	FORMATO DOS ENTREGÁVEIS
Produto 1	Relatório contendo plano de trabalho, cronograma de atividades e minuta de questionário	Até 5 dias úteis após a reunião inaugural	5%	Relatório em formato digital (“ .docx” e “ .pdf”) e apresentação resumo (“ .pptx” e “ .pdf”)
Produto 2	Relatório contendo o levantamento de dados e informações dos portos /terminais selecionados	Até 20 dias úteis	5%	Relatório em formato digital (“ .docx” e “ .pdf”) e apresentação resumo (“ .pptx” e “ .pdf”)
Produtos 3, 4, 5 e 6	Análise das informações para cada porto/terminal selecionado (um produto por porto/terminal)	Até 20 dias úteis	5% por produto	Relatórios em formato digital (“ .docx” e “ .pdf”) e apresentações resumo (“ .pptx” e “ .pdf”)
Produto 7	Relatório consolidado final	Até 20 dias úteis	20%	Relatório em formato digital (“ .docx” e “ .pdf”) e apresentação resumo (“ .pptx” e “ .pdf”)

<b>Produto 8</b>	<b>Guia de boas práticas e recomendações</b>	<b>Até 15 dias úteis</b>	<b>30%</b>	<b>Relatório em formato digital (“.docx” e “.pdf”) e apresentação resumo (“.pptx” e “.pdf”)</b>
<b>Produto 9</b>	<b>Workshop</b>	<b>Até 20 dias úteis</b>	<b>10%</b>	<b>Gravação em formato digital e apresentação (“.pptx”)</b>
<b>Produto 10</b>	<b>Sumário Executivo</b>	<b>Até 20 dias úteis</b>	<b>10%</b>	<b>Relatório em formato digital (“.docx” e “.pdf”) e apresentação resumo (“.pptx” e “.pdf”)</b>

#### 5.1.1 Produto 1 – Plano de Trabalho

**Objetivo:** apresentar o plano de trabalho para levantar e analisar a experiência de portos e terminais selecionados quanto à transição energética, a descarbonização, a preparação de infraestrutura para recepção de embarcações que operam com combustíveis alternativos, o uso e aplicações do hidrogênio e derivados (Ptx) e o planejamento e ações visando a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Este produto deve incluir os seguintes pontos:

- Plano de trabalho descrevendo como se pretende atingir os objetivos da contratação e a metodologia a ser aplicada para levantamento de dados e informações;
- Cronograma de trabalho, incluindo datas previstas para aplicação de questionário, realização de reuniões (remotas) com portos/terminais selecionados, visitas técnicas aos portos/terminais selecionados e entregas dos produtos.
- Minuta de questionário a ser aplicado.
- Definição da equipe de trabalho, com pontos focais e responsabilidades.

Entregáveis:

- Relatório, em língua portuguesa, com linguagem clara, objetiva e concisa; deve seguir os padrões da norma culta da escrita e deve estar de acordo com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).
- Resumo em formato de apresentação.

**Obs.:** caso a contratada opte por outro método para levantamento de dados e informações e não planeje a aplicação de questionário ou reuniões com portos/terminais selecionados ou visitas técnicas aos portos/terminais, deverá justificar e submeter a opção metodológica escolhida para aprovação da contratante.

#### 5.1.2 Produto 2 - Levantamento de dados e informações dos portos/terminais selecionados

**Objetivo:** levantar dados e informações dos portos/terminais selecionados que permitam a elaboração dos estudos de caso referenciais para o setor portuário brasileiro.

Este produto deve incluir os seguintes pontos:

- Informações que caracterizam os portos/terminais selecionados, por exemplo: localização, infraestruturas disponíveis, cargas movimentadas, serviços prestados, entre outras.
- Levantamento de dados e informações de iniciativas quanto à:
  - Fornecimento de bunker;
  - Nível de preparação dos portos/terminais para abastecimento de navios movidos a combustíveis zero carbono (verdes) e híbridos;

- Registro de navios que operam com combustíveis alternativos ou renováveis, sobretudo derivados de hidrogênio, como amônia e metanol (PtX);
- Mapeamento de iniciativas, e seus respectivos níveis de maturidade, dos portos/terminais quanto à inventário de emissões de gases de efeito estufa; preparação de infraestrutura para produção de energias renováveis (eólica offshore, solar, hidrogênio verde, etc.) e outras medidas visando eficiência energética e redução das emissões;

- Estado atual e planejamento da infraestrutura e da prestação de serviços portuários, considerando a transição energética e descarbonização dos portos e do transporte marítimo. Exemplos: identificação de fontes primárias de emissão, incluindo navios, embarcações de apoio portuário, embarcações de passageiros, equipamentos de movimentação de carga, veículos terrestres, dentre outros; oferta de sistemas OPS (Onshore Power Supply ou Cold Ironing); estratégias operacionais de otimização energética; uso de energias renováveis, como eólica e solar nos portos e para a prestação de serviços portuários e células de combustível a hidrogênio; criação de hub industrial local para produção de combustíveis verdes, aço verde, fertilizantes.

- Oportunidades, desafios e limitações tecnológicas, mercadológicas e, sobretudo, regulatórias, identificadas pelos portos para implementação de medidas de transição energética e descarbonização em sua infraestrutura e serviços prestados.

- Em relação às iniciativas de redução de emissões de gases de efeito estufa, de eficiência energética e descarbonização, levantar informações sobre como estas iniciativas foram pensadas; qual o seu estágio atual, se houve iniciativas que foram descartadas e os motivos; quais foram as principais dificuldades encontradas e como foram superadas (ou não); quais são os custos estimados; quais são os retornos ou benefícios esperados ou estimados; se há parcerias envolvidas e com que atores; se há iniciativas e demanda para atrair navios mais eficientes do ponto de vista energético ou menos poluentes ou que emitam menos gases de efeito estufa; estágios de implementação das iniciativas; entre outros aspectos.

#### Entregáveis:

- Relatório, em língua portuguesa, com linguagem clara, objetiva e concisa; deve seguir os padrões da norma culta da escrita e deve estar de acordo com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Este relatório deve conter a tabulação das respostas ao questionário; transcrição das reuniões realizadas e relato das visitas técnicas e principais informações colhidas.

- Relatório específico das visitas técnicas (se realizadas), em língua portuguesa, com linguagem clara, objetiva e concisa; deve seguir os padrões da norma culta da escrita e deve estar de acordo com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

- Resumo em formato de apresentação.

#### 5.1.3 Produtos 3, 4, 5 e 6 – Relatório contendo análise das informações de cada porto/terminal selecionado

**Objetivo:** apresentar as experiências portos e terminais selecionados quanto à transição energética, a descarbonização, a preparação de infraestrutura para recepção de embarcações que operam com combustíveis alternativos e o planejamento e ações visando a redução das emissões de gases de efeito estufa.

#### Cada produto deve incluir:

- Principais características do porto/terminal (localização, cargas movimentadas, serviços oferecidos, parcerias estratégicas, etc.)

- Uma análise detalhada das informações levantadas no Produto 2 quanto à experiência e iniciativas visando à redução das emissões de gases de efeito estufa;

- Percepção quanto à maturidade (fase de planejamento ou execução ou monitoramento) das iniciativas visando reduzir as emissões de gases de efeito estufa, preparar a infraestrutura para a transição energética e descarbonização do porto /terminal e receber navios movidos a combustíveis alternativos;

- Principais desafios e oportunidades identificados pelo porto/terminal.

- Potenciais identificados e caminhos planejados para vocações do porto em hidrogênio de baixo carbono e derivados (hub de produção, exportação de derivados, uso local nos serviços ou região, abastecimento em corredor verde)

#### Entregáveis:

- Relatório, em língua portuguesa, com linguagem clara, objetiva e concisa; deve seguir os padrões da norma culta da escrita e deve estar de acordo com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

- Resumo em formato de apresentação.

#### 5.1.4 Produto 7 – Relatório consolidado final

**Objetivo:** reunir num único documento as experiências e iniciativas dos portos/terminais selecionados em relação à redução das emissões de gases de efeito estufa para disseminação do conhecimento produzido.

Este produto deve incluir os seguintes pontos:

- Descrição dos objetivos e da metodologia adotada para o levantamento dos dados e informações;
- Apresentação da experiência de cada porto/terminal selecionado quanto à adoção de iniciativas para redução das emissões de gases de efeito estufa;
- Análise comparada e comentada destas experiências.

Além dos recursos textuais, recomenda-se a utilização de ferramentas visuais e infográficos neste produto, considerando a melhor assimilação do conteúdo por parte do leitor.

Entregáveis:

- Relatório, em língua portuguesa e inglesa, com linguagem clara, objetiva e concisa; deve seguir os padrões da norma culta da escrita e deve estar de acordo com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).
- Resumo em formato de apresentação.

#### 5.1.5 Produto 8 - Guia de boas práticas e recomendações

**Objetivo:** considerando o conhecimento obtido nos produtos anteriores, podendo também incluir a experiência internacional (se for necessário), elaborar guia de boas práticas e recomendações para o setor portuário brasileiro visando disseminação do conhecimento.

Este relatório deve incluir:

- Recomendações claras, objetivas, técnicas e aplicáveis;
- Sugestões visando superar desafios já identificados e que possam orientar aqueles que desejam implementar iniciativas de redução das emissões de gases de efeito estufa e de aplicações de hidrogênio e derivados, em diferentes segmentos no setor portuário;

Além disso, o guia de boas práticas e recomendações também deve abordar os seguintes tópicos:

- Inventário de gases de efeito estufa;
- Preparação de infraestrutura para recepção de embarcações movidas a combustíveis alternativos de baixo e zero carbono (verdes);
- Preparação de infraestrutura para produção de energias renováveis (eólica offshore, solar, hidrogênio verde, etc.);
- Preparação de infraestrutura para OPS.

Além dos recursos textuais, recomenda-se a utilização de ferramentas visuais e infográficos neste produto, considerando a melhor assimilação do conteúdo por parte do leitor.

Entregáveis:

- Relatório, em língua portuguesa e inglesa, com linguagem clara, objetiva e concisa; deve seguir os padrões da norma culta da escrita e deve estar de acordo com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).
- Resumo em formato de apresentação.

### 5.1.6 Produto 9 – Workshop híbrido

**Objetivo:** disseminar o conhecimento obtido, reunindo atores importantes do setor portuário brasileiro, incluindo autoridades, representantes dos portos, terminais portuários, operadores, empresas de navegação e outros interessados em transição energética e descarbonização dos portos e do transporte aquaviário.

Este produto inclui:

- Planejamento e organização do workshop (convites a palestrantes e participantes; programação do evento; participação e avaliação do workshop; entre outras atividades).

Entregável:

- Gravação do workshop e comprovantes de realização (lista de presença, e-mails enviados, registros fotográficos, dentre outros).

- Apresentação em formato “.pptx”.

### 5.1.7 Produto 10 – Sumário Executivo

**Objetivo:** condensar os principais pontos e resultados do Produto 7 e 8 em relatório de no máximo 25 páginas.

Entregáveis:

- Relatório, em língua portuguesa e inglesa, com linguagem clara, objetiva e concisa; deve seguir os padrões da norma culta da escrita e deve estar de acordo com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

- Resumo em formato de apresentação.

5.1.8 A contratada deverá entregar os produtos conforme previsões e estimativas do cronograma. O cronograma abaixo inicia após a reunião inaugural:

		Desemboio	MÊS 1				MÊS 2				MÊS 3				MÊS 4				MÊS 5				MÊS 6				MÊS 7			
			1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
ETAPA 1	Produto 1 (Plano de Trabalho)	5%																												
	Entrega preliminar P1																													
	Avaliação P1																													
	Revisão / Entrega definitiva P1																													
	Produto 2 (Levantamento)	5%																												
	Avaliação P2																													
	Produto 3 (Porto A)	5%																												
	Produto 4 (Porto B)	5%																												
	Produto 5 (Porto C)	5%																												
	Produto 6 (Porto D)	5%																												
	Avaliação P3, 4, 5 e 6																													
	Revisão P3, 4, 5 e 6																													
	Produto 7 (Relatório Consolidado)	20%																												
	Avaliação P7																													
	Revisão P7																													
ETAPA 2	Produto 8 (Guia)	30%																												
	Avaliação P8																													
	Revisão P8																													
ETAPA 3	Produto 9 (Workshop)	10%																												
	Produto 10 (Sumário Executivo)	10%																												
	Avaliação P9 e P10																													
	Revisão P10																													
	Acompanhamento e finalização																													

5.1.9 Início da execução do objeto se dará a partir da emissão da emissão de ordem de serviço.

(DETALHAMENTO DO OBJETO E RESPECTIVOS PRODUTOS DA CONTRATAÇÃO)

~~Local e horário da prestação dos serviços~~

~~5.2 Os serviços serão prestados no seguinte endereço: [...]~~

(NÃO É PERTINENTE AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO)

~~5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: [...]~~

(NÃO É PERTINENTE AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO)



**Rotinas a serem cumpridas****5.4 Serão realizadas reuniões semanais (remotas) para acompanhamento da execução dos trabalhos.****(DESCRIÇÃO DE ROTINA A SER CUMPRIDA)****~~Materiais a serem disponibilizados~~**

~~5.5 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:~~

~~5.5.1 [.....];~~

~~5.5.2 [.....];~~

~~5.5.3 [.....];~~

**(NÃO É PERTINENTE AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO)****Informações relevantes para o dimensionamento da proposta****5.6 Os deslocamentos para reuniões ou visitas técnicas aos portos/terminais selecionados e indicados pela contratante devem ser custeados pela contratada.****(DESCRIÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA)**

~~5.6 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:~~

~~5.6.1 [.....];~~

~~5.6.2 [.....];~~

~~5.6.3 [.....];~~

**(OPTOU-SE POR OUTRA REDAÇÃO)****Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.7 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

~~OU~~

~~5.8 O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

**~~Procedimentos de transição e finalização do contrato~~**

~~a) Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas [...];~~

~~a) ...~~

~~b) ....~~

~~c) ...~~

~~OU~~

~~b) Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.~~

**(OPTOU-SE POR OUTRA REDAÇÃO)**

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### ~~Preposto~~

~~6.6 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.~~

~~(NÃO É PERTINENTE AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO)~~

~~6.7 A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período .....~~

~~(NÃO É PERTINENTE AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO)~~

~~6.8 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.~~

~~(NÃO É PERTINENTE AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO)~~

### Fiscalização

6.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### Fiscalização Técnica

6.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII)

### Fiscalização Administrativa

6.16 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18 ~~Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~

~~6.18.1 (...)~~

(DESNECESSÁRIO)

#### Gestor do Contrato

6.19 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará ~~o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo XXX, OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços OU~~ **o disposto neste item.**

(OPÇÃO DE REDAÇÃO)

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1 não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada

~~7.2 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.~~

**(ITEM DESNECESSÁRIO)**

7.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**7.3.1 Critérios definidos na tabela do item 5**

**7.3.2 Os produtos devem atender os objetivos e requisitos descritos no item 5.**

**7.3.3 Os produtos deverão ser entregues em versão preliminar digital para avaliação da contratante, que terá prazo previsto no cronograma do item 5 para se manifestar.**

**7.3.4 Após a manifestação, a(o) contratada(o) deverá apresentar a versão final, no prazo previsto no cronograma do item 5, e deverá atender todas as recomendações que venham a ser solicitadas para o aprimoramento do produto.**

**7.3.5 Os produtos deverão ser apresentados com capa de identificação contendo as seguintes informações: nome do/a consultor/a ou da empresa em caso de pessoa jurídica, título da consultoria, número do contrato, número e nome dos produtos.**

**(DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA EXECUÇÃO PARA FINS DE PAGAMENTO)**

**Do recebimento**

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no **prazo de estabelecido no cronograma do item 5** ~~de XXXX(XXX) dias~~, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

**(PREENCHIMENTO DE LACUNA)**

7.5 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3.A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4.O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11 Os serviços serão recebidos definitivamente nos prazos **indicados no cronograma do item 5**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**(PREENCHIMENTO DE LACUNA)**

7.11.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

7.15 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.17 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1 o prazo de validade;

7.17.2 a data da emissão;

7.17.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5 o valor a pagar; e

7.17.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.25 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

~~7.26 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.~~

(OPTOU-SE POR OUTRA REDAÇÃO, EM ATENDIMENTO AO DESPACHO CCO 2118317)

**7.26 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 18/11/2023.**

(PREENCHIMENTO DE LACUNA)

**7.26.1 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.**

(PREENCHIMENTO DE LACUNA)

**7.26.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.**

**7.26.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).**

**7.26.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).**

**7.26.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.**

**7.26.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.**

**7.26.7 O reajuste será realizado por apostilamento.**

(ITEM 7.26 E SUBITENS FORAM INCLUÍDOS EM ATENÇÃO AO DESPACHO CCO 2118317)

**Forma de pagamento**

7.27 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Antecipação de pagamento**

~~7.31 A presente contratação permite a antecipação de pagamento ..... (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~7.32 O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ ..... (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~7.33 Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~7.33.1 R\$ ..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~7.33.2 (...)~~

~~7.34 Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~7.34.1 No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.~~

~~7.34.2 O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do ..... (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~7.35 A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~7.36 O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até ..... (....) dias, contados do recebimento do ..... (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~

~~7.37 A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~7.38 O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:~~

~~7.38.1 comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;~~

~~7.39.2 prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.~~

~~7.39 O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

**(ITENS 7.31 A 7.39: CONSIDERANDO O OBJETO DA CONTRATAÇÃO, NÃO CABE ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO)**

**Cessão de crédito**

7.40 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.40.1 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.41 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.43 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.44 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** ~~OU [MAIOR DESCONTO]~~.

(PREENCHIMENTO DE LACUNA)

### Regime de execução

8.2 O regime de execução do contrato será **empreitada por preço unitário**.

(PREENCHIMENTO DE LACUNA)

### Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1 Deve comprovar uma experiência no Brasil de no mínimo 3 anos.

8.3.2 A equipe técnica deverá contar, para a realização dos trabalhos, com no mínimo, 1 coordenador(a) e 4 técnicos de nível superior, com requisitos abaixo especificados:

8.3.2.1 Um coordenador(a) com experiência mínima de 5 anos atuando em trabalhos ou estudos em ao menos três das seguintes áreas: a) setor portuário; b) transporte aquaviário; c) redução das emissões de gases de efeito estufa; e) transição energética; f) descarbonização; g) energia renovável; h) adaptação às mudanças climáticas.

8.3.2.2 Dois técnicos com experiência mínima de 3 anos atuando em trabalhos ou estudos em quaisquer dos seguintes temas: a) Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) na área portuária; b) análise de superestrutura e infraestrutura portuária; c) redução das emissões de gases de efeito estufa ou transição energética relacionadas ao setor portuário; d) adaptação às mudanças do clima no setor portuário.



8.3.2.3 Dois técnicos com experiência mínima de 3 anos atuando em trabalhos ou estudos relacionados às mudanças do clima, transição energética, energia renovável, combustíveis de baixo carbono (hidrogênio verde e derivados) ou descarbonização.

#### **Habilitação jurídica**

8.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

~~8.12 Ato de autorização para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. .... da (Lei/Decreto) nº .....~~

#### **(DESNECESSÁRIO)**

8.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.14 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.22 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.24 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.24.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.24.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação ~~[capital mínimo]~~ **OU patrimônio líquido mínimo de 5% [até 10%] do valor total estimado da contratação** ~~OU [valor total estimado da parcela pertinente].~~

#### **(PREENCHIMENTO DE LACUNA)**

8.26 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

8.28 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.29 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

~~8.30 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente .....(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;~~

#### **(DESNECESSÁRIO)**

~~8.30.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.~~

#### **(DESNECESSÁRIO)**

8.31 Comprovação de **experiência** ~~aplicada~~ para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, **emitidos** por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ~~ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional, competente, quando for o caso.~~

**(QUALIFICAÇÃO DA COMPROVAÇÃO EXIGIDA)**

8.31.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados nas seguintes áreas com as seguintes características mínimas:

**8.31.1.1 Mitigação das mudanças do clima ou redução das emissões de gases de efeito estufa ou transição energética ou descarbonização.**

**8.31.1.2 Setor de transporte aquaviário ou setor portuário.**

**(QUALIFICAÇÃO DA COMPROVAÇÃO EXIGIDA)**

8.31.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.31.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

~~8.31.5 Prova de atendimento aos requisitos ....., previstos na lei .....~~

**(DESNECESSÁRIO)**

8.32 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.32.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.32.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.32.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.32.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ **560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais)**, conforme custos unitários apostos na **tabela acima** ~~OU [em anexo]~~.

**(PREENCHIMENTO DE LACUNA)**

9.2 Considerando a IN nº 65, de 7 de julho de 2021; considerando que não foi identificada licitação similar a contratação pretendida; considerando a especificidade do objeto da contratação, optou-se pela pesquisa direta com fornecedores para levantamento de preços com objetivo de estimar o valor da contratação.

9.3 Assim, foi encaminhado e-mail para 13 empresas e 2 instituições vinculadas a universidades, solicitando orçamento atualizado para o serviço pretendido. Responderam a esta solicitação 4 empresas e 1 instituição de ensino que encaminharam propostas e 1 empresa informou que não encaminharia orçamento. As demais empresas não responderam o e-mail.

9.4 Foram considerados os valores para a contratação global, incluindo despesas com viagens.

9.5 Considerando a grande variação dos valores das propostas, excluiu-se os valores considerados inexequível e excessivo e estimou-se o valor da contratação utilizando o menor valor entre os valores válidos.

(ITENS 9.2 A 9.5: DESCRIÇÃO DE COMO FOI ESTIMADO O VALOR DA CONTRATAÇÃO)

~~OU~~

~~9.6 O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....~~

(OPTOU-SE POR OUTRA REDAÇÃO)

~~OU~~

~~9.7 O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.~~

(OPTOU-SE POR OUTRA REDAÇÃO)

~~9.8 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato (SUPRESSÃO)~~

(OPTOU-SE POR OUTRA REDAÇÃO)

~~9.9 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:~~

~~9.9.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~9.9.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;~~

~~9.9.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;~~

~~9.9.4 poderão ser repactoados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.~~

(OPTOU-SE POR OUTRA REDAÇÃO)

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [...];

II) Fonte de Recursos: [...];

III) Programa de Trabalho: [...];

IV) Elemento de Despesa: [...];

V) Plano Interno: [...];

~~10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.~~

(DESNECESSÁRIO)

## 11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 São obrigações do Contratante:

11.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

11.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.10.1 A Administração terá o prazo de **30 dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

(PREENCHIMENTO DE LACUNA)

11.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 dias**.

(PREENCHIMENTO DE LACUNA)

11.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.13 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

12.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

~~12.2 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.~~

~~(NÃO É PERTINENTE AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO)~~

~~12.3 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.~~

~~(NÃO É PERTINENTE AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO)~~

12.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.5 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.8 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

12.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.12 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.13 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.14 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

12.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.16 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.18 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

12.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

12.21 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.22 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.23 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

~~12.24 Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));~~

~~12.24.1 O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado[AS].~~

#### **(NÃO SÃO PERTINENTES AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO)**

12.25 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

12.26 Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

12.26.1 Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

## **13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

13.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) Multa:

(1) Moratória de **0,5%** (**cinco décimos** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **5 (cinco)** dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a) O atraso superior a **30** dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de **10%** a **20%** do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de **20%** a **30%** do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de **15%** a **20%** do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de **1%** a **10%** do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de **10%** a **15%** do valor do Contrato, ~~ressalvadas as seguintes infrações.~~



~~[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA][A4][A5]~~

(PREENCHIMENTO DE LACUNAS E NÃO HÁ INFRAÇÕES RESSALVADAS)

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

1. 13.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

(PREENCHIMENTO DE LACUNA)

13.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9) Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.10) A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.11) O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.12) As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.13) Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e /ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANA PAULA HARUMI HIGA**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 28/02/2024 às 08:54:44.*

**ALESSANDRO MAX BARROS BEARZI**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 27/02/2024 às 18:16:09.*

**FELIPE PUGIAN JARDIM**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 28/02/2024 às 12:25:22.*